

Número do Documento de Formalização da Demanda: 243/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Secretaria Executiva - MDS	29/12/2023 00:00	550005	FRANCISCO DE FREITAS TELES NETO

Descrição sucinta do objeto

Solução de Hiperautomação com a utilização da Ciência de Dados em Grafos, Automação Robótica de Processos, Inteligência Artificial e Modelos com Análise Preditiva entre outros

Justificativa da prioridade

Atender demanda a Secretaria-Executiva visando dar celeridade na automatização de serviços públicos deste Ministério, simplificando e ampliando o potencial da tomada de decisões baseada em dados melhorando a eficiência estratégica e operacional, utilizando-se cada vez mais da tecnologia da informação na criação de políticas públicas mais eficazes.

2. Justificativa de necessidade

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é um órgão da administração federal direta que foi recriado por meio do Decreto nº 11.339, de 1º de janeiro de 2023. A atual Estrutura foi definida pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023.

De acordo com o Decreto acima, fazem parte da estrutura da pasta:

Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome;

Secretaria Nacional de Assistência Social;

Secretaria Nacional de Renda da Cidadania;

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único;

Secretaria Nacional de Cuidados e Família;

Secretaria de Inclusão Socioeconômica; e

Conselho Nacional de Assistência Social.

Entre as competências do MDS estão o fortalecimento das políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social, de renda de cidadania, e a articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social. Também é uma atribuição da pasta a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda, e a aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social do Transporte - SEST.

Dentre suas ações, programas e ferramentas de gestão, conforme disposto junto ao link <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas>, destacamos especialmente:

Bolsa Família:

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha; e

Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família vai resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.

Cadastro Único:

O Cadastro Único é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil. Ele mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas; e

As famílias cadastradas, dependendo de suas condições, podem ter acesso a vários programas sociais. Só do governo federal são dezenas de programas.

Operação Acolhida:

A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países. Criada em 2018, com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, a Operação Acolhida consiste na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil;

Esta realocação, conhecida como interiorização, visa permitir que as pessoas beneficiadas tenham melhores oportunidades de integração social, econômica e cultural, bem como reduzir a pressão sobre os serviços públicos atualmente existente principalmente em Roraima, localizado na fronteira norte do Brasil com a Venezuela; e

A ação envolve o Governo Federal, estados, municípios, as Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil.

Assistência Social:

É uma política pública Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); um direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Com um modelo de gestão participativa, o SUAS articula os esforços e os recursos dos municípios, estados e União para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Inclusão Produtiva Rural:

Acesso à água - O Ministério da Cidadania conta com o Programa Nacional de Apoio à Captação de água de chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, o Programa Cisternas. O programa tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. As cisternas podem ser: Cisterna Familiar de água para consumo, instalada ao lado das casas e com capacidade de armazenar 16 mil litros de água potável; Cisterna Escolar de água para consumo, instalada em escolas do meio rural e com capacidade de armazenar 52 mil litros de água potável; e Cisterna de Água para Produção, com capacidade de 52 mil litros de água, de uso individual ou coletivo das famílias;

Programa Fomento Rural - O Programa Fomento Rural combina duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil. Os projetos apoiados podem ser: agrícolas (ex: cultivo de hortas e criação de pequenos animais) ou não agrícolas (ex: produção de polpas, artesanato e salão de beleza); realizados por uma família ou coletivos; simples (apenas um item de produção) ou combinados; e

Direito à alimentação - As ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são por definição, ações com enfoque transversal, pois demandam articulação no âmbito da produção, comercialização, abastecimento, acesso aos alimentos e perfis de consumo por parte da população.

Inclusão Produtiva Urbana:

Agricultura Urbana - O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, tem como principais objetivos: estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades; incentivar hábitos saudáveis de alimentação; e implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, principalmente em regiões de vulnerabilidade social;

Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana - O documento "Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano" buscou responder a uma demanda de municípios brasileiros por uma orientação conceitual e metodológica. Desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), pelo TEEB Agricultura & Alimentos /PNUMA e pela Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Ministério da Cidadania. Mais do que sistematizar os acúmulos da literatura no assunto e de interagir com as práticas presentes em diferentes cidades brasileiras, a mensagem central do Guia é a de destacar o potencial da AUP no enfrentamento de diversos desafios urbanos;

Plataforma Visão Agricultura Urbana - A Plataforma Visão Agricultura Urbana apresenta o mapeamento das áreas destinadas à agricultura urbana nos municípios de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, associados a indicadores sociais e econômicos e aos equipamentos de segurança alimentar e nutricional (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares);

Projeto Hortas Pedagógicas - O Projeto Hortas Pedagógicas é uma iniciativa que busca integrar o conhecimento científico ao cotidiano da população brasileira. Foi desenvolvido em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, empresa pública de referência internacional em pesquisa agrícola, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura; e, contou com o apoio do FNDE, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, que é uma instituição de referência na Educação Brasileira;

Capacitação - Um dos objetivos do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana é assegurar a capacitação técnica e de gestão para a implantação de ações de agricultura urbana e periurbana. Para tanto, temos desenvolvido parcerias com entidades federais para promover o desenvolvimento de cursos on-line e materiais educativos/informativos;

Biblioteca Digital de Agricultura Urbana - Nos moldes da Ciência Aberta, a BDAU é um sistema de informação que reúne resultados de pesquisa, legislação, notícias e dados sobre a Agricultura Urbana de forma transparente, eficiente e livre, oferecendo insumos informacionais a gestores públicos, responsáveis pela definição de políticas específicas para fortalecer essa prática, e para toda a sociedade interessada em se beneficiar com os conhecimentos já explorados sobre a temática; e

Economia Solidária - No Ministério da Cidadania, as ações ocorrem no âmbito da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (Seisp), no Departamento de Inclusão Produtiva Urbana, e contempla atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura.

Cozinhas Solidárias:

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) divulga o FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO DE COZINHAS SOLIDÁRIAS, POPULARES E COMUNITÁRIAS para mapear Cozinhas Solidárias, Populares e Comunitárias em funcionamento no Brasil. Este mapeamento tem como objetivo apoiar o planejamento e delineamento de ações estratégicas do MDS direcionadas às experiências locais de abastecimento e oferta de refeições que atendem pessoas e famílias em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Marcha dos Prefeitos:

São disponibilizados materiais diversos sobre as iniciativas do MDS voltadas para prefeitos e gestores municipais de todo o Brasil que participaram da XXIV Marcha dos Prefeitos; e

Além disso, são informados que, ao longo dos quatro dias de evento, equipes técnicas deste Ministério estarão à disposição, no local do evento, para tirar dúvidas e esclarecer questões dos municípios sobre os temas mais importantes da pasta na relação interinstitucional.

Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS:

O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS foi instituído pela Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, regulamentado pelo Decreto n.º 1.605, de 25 de agosto de 1995, que por sua vez, foi revogado pelo Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social;

O FNAS é responsável por receber e administrar os recursos financeiros destinados à assistência social, sejam eles provenientes do Orçamento Geral da União, contribuições sociais, doações ou outros repasses. Ele estabelece os critérios para a transferência dos recursos para os estados, municípios e Distrito Federal, visando garantir a equidade e a adequada distribuição dos recursos de acordo com as necessidades socioeconômicas de cada localidade;

O FNAS é responsável por acompanhar a utilização dos recursos transferidos para garantir que sejam aplicados em ações e serviços socioassistenciais de acordo com as diretrizes e normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Ele financia serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que visam proteger e melhorar as condições de vida de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade;

Ele atua em conjunto com outros órgãos e conselhos da área social para fortalecer as políticas e ações de assistência social no país, oferecendo capacitações e apoio técnico para os gestores municipais e estaduais para melhorar a gestão e a aplicação dos recursos destinados à assistência social;

Resumindo, trata-se de uma solução tecnológica para gestão da execução das Emendas Parlamentares destinadas ao MDS, que gere também repasses para obras executadas nos Estados e Municípios para Construção de CREAS/CRAS/ABRIGOS e etc. Executados através do Transfere GOV, bem como repasses para aquisição de equipamentos, se mostrando como uma importante ferramenta de transparência e acesso à informação ao Cidadão sobre os investimentos em Obras e Equipamentos as Unidades de Assistência Social;

Como se pode observar, para desempenhar seu papel institucional, o MDS trabalha com uma enorme quantidade de dados e informações que são insumos indispensáveis ao apoio e estruturação de novas políticas de gestão, desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome, bem como de implementação de melhorias nas ações atuais, mas para que isso ocorra uma transformação digital nas ações realizadas, aprimorando a governança, reduzindo desperdícios e retrabalhos, apoiando a tomada de decisões e direcionando o atendimento ao cidadão vulnerável, com suporte de um processo que gera aprendizado por meio aumento da capacidade de processamento atual, tornando as decisões muito mais assertivas; e

Para continuar desempenhando seu papel institucional e de grande importância para grande parcela da população brasileira, o MDS precisa evoluir seus programas sociais com uma governança mais eficiente e com base em informações assertivas, verídicas e que aprimorem a forma de atender a sociedade, com tomadas de decisões sustentadas em dados e informações analisadas e processadas independentemente de serem ou não estruturadas, do local onde estão armazenadas e de forma célere e assertiva.

MDS em números:

Acessando o link <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/cidnum/#!/app/programa/bolsa-familia>, é possível ter acesso aos números de pessoas beneficiadas, famílias atendidas, entre outros;

Com dados divulgados do Bolsa Família do mês 07/2023, temos 54,3 milhões de pessoas beneficiadas, com 20,9 milhões de famílias atendidas. O volume de recursos envolvidos é de R\$ 14,04 bilhões de reais. Desse montante, o link apresenta que 31,3 milhões dos beneficiados são do sexo feminino, sendo que 17,2 milhões são responsáveis familiares;

Já os dados do Auxílio Gás, do mês 06/2023, relacionam 5,6 milhões de famílias contempladas, com montante de R\$ 612,90 milhões repassados;

Em relação aos Benefícios de Prestação Continuada, os dados divulgados referentes ao mês 05/2023, registram que 5,3 milhões de pessoas foram atendidas com R\$ 6,99 bilhões repassados. Deste contingente, 2,9 milhões foram de pessoas com deficiência atendidas, com R\$ 3,79 bilhões repassados. Em relação aos idosos atendidos, foram 2,4 milhões de pessoas, alcançando R\$ 3,2 bilhões repassados;

Quanto a Tarifa Social de Energia Elétrica, os dados são de 12/2021 e apresentam um total de 12 milhões de famílias contempladas e 34,7 milhões de pessoas atendidas;

O Auxílio Emergencial apresenta dados de 2020 e 2021. Segundo informações do portal, foram beneficiadas 68,3 milhões de pessoas, com total destinado de R\$ 358,14 bilhões;

O Criança Feliz disponibiliza dados de 06/2022, com 1,9 milhões de visitas realizadas e 501,3 milhões de indivíduos visitados; e

Como se pode observar, além de vários programas, milhares de pessoas são alcançadas e bilhões de reais disponibilizados, números estes que justificam a necessidade de análises mais detalhadas, avaliação de programas com bases em dados anteriores e projeções futuras, buscando tornar os programas mais eficientes e reduzindo riscos de fraudes na concessão desses auxílios.

Alinhamento Estratégico:

O planejamento estratégico participativo tem o objetivo de orientar, articular e auxiliar a governança das políticas públicas do MDS, representando a expectativa de estabelecer ações mais efetivas para o desenvolvimento social, a assistência social, o combate à fome, a segurança alimentar e nutricional, a economia do cuidado e a inclusão socioeconômica.

Os principais produtos do planejamento estratégico são:

Plano Estratégico;

Mapa Estratégico;

Cadeia de Valor;

Riscos Estratégicos; e

Mapeamento de Projetos Prioritários.

Atualmente o planejamento estratégico do MDS está em processo de construção, com previsão de vigência a partir do segundo semestre de 2023. Está sendo disponibilizado um GUIA METODOLÓGICO desenvolvido pelo MDS para a construção de um planejamento estratégico PARTICIPATIVO, VIVO e com FOCO NO CIDADÃO.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Está em elaboração o PDTI/MDS para período de 2024-2027 e será enviada a proposta na 2ª reunião do Comitê de Governança da Digital para aprovação.

Subsecretaria de Tecnologia da Informação:

Nos termos do art. 18 do Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, compete à Subsecretaria de Tecnologia da Informação:

I. Exercer as funções de órgão setorial e colaborar com o órgão central do Sisp na análise e na proposição de mecanismos, processos e atos normativos, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo das atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério;

II. Monitorar, avaliar e coordenar ações relativas ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério, em consonância com a Estratégia de Governança Digital da administração pública federal;

III. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Ministério, diretamente ou por meio da contratação de serviços, em conformidade com as orientações emanadas do órgão central do Sisp;

IV. Propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, à implementação e à manutenção das atividades relativas à governança de tecnologia da informação e comunicação;

V. Participar da elaboração e do acompanhamento do orçamento relativo às atividades de tecnologia da informação e comunicação;

VI. Planejar, coordenar e orientar as ações de aquisição e de gestão de contratos relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação e aprovar tecnicamente os processos pertinentes;

VII. Supervisionar os contratos e os convênios de prestação de serviços relacionados com tecnologia da informação e comunicação, no âmbito de suas competências;

VIII. Definir, implementar e monitorar metodologia de gestão de riscos de tecnologia da informação e comunicação, em alinhamento com as práticas e instruções disponibilizadas pelos órgãos de controle interno e externo;

IX. Promover a prospecção, o planejamento, o desenvolvimento e a implementação de inovações tecnológicas;

X. Instituir normas, procedimentos e padrões no âmbito de suas competências, observadas as normas gerais estabelecidas pela administração pública federal;

XI. Identificar, avaliar e propor soluções de tecnologia para subsidiar as atividades finalísticas das unidades do Ministério;

XII. Planejar, coordenar, gerir e supervisionar projetos e processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas;

XIII. Coordenar ações para a evolução e o desenvolvimento do sistema de comunicação de voz e dados e da rede local com e sem fio;

XIV. Estabelecer e coordenar a execução da política de segurança da informação e comunicação e segurança cibernética e implementar a gestão de riscos de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Ministério; e

XV. Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao Sisp.

Desta forma, a Subsecretaria tem a obrigação de apoiar o Ministério nessa revolução na governança das políticas públicas eficientes e assertivas por intermédio da utilização de dados para orientar a transformação digital dos serviços públicos.

Contexto Tecnológico e sua utilização no MDS

Diante de uma sociedade cada vez mais digital e com uma quantidade avassaladora de dados a serem analisados, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome enfrenta desafios significativos que vão além de suas capacidades atuais. Essas dificuldades englobam a falta de habilidades internas para processar e interpretar grandes volumes de dados, a necessidade premente de melhorar a eficiência de suas operações e o imperativo de resolver questões complexas que requerem profunda compreensão analítica e técnica. Neste cenário, investir em ciência de dados, bancos de dados de grafos, processamento de linguagem natural (NLP), incluindo Modelos de Linguagem de Grande Porte (LLM), apresenta-se como uma solução estratégica e indispensável;

Processamento de Linguagem Natural (NLP) é uma área da Inteligência Artificial que visa capacitar os computadores a compreender, interpretar e interagir com a linguagem humana de forma natural. Essa tecnologia permite que os computadores analisem e processem texto e fala em linguagem humana, facilitando a comunicação entre humanos e máquinas. Além disso, o NLP é usado em aplicações como chatbots, assistentes virtuais, tradutores automáticos, análise de sentimentos, sumarização de texto, entre outras;

Modelos de Linguagem de Grande Porte (Large Language Models - LLM) são um tipo de tecnologia avançada de processamento de linguagem natural. Esses modelos são desenvolvidos usando algoritmos de aprendizado de máquina, especialmente os baseados em redes neurais. Esses modelos têm a capacidade de aprender a partir de grandes quantidades de dados linguísticos, como textos, artigos, páginas da web e muito mais. Eles podem entender o contexto, a gramática e a semântica das sentenças, permitindo que realizem várias tarefas relacionadas à linguagem humana. Os LLMs têm aplicações variadas, como: Resposta a perguntas e dúvidas dos usuários; Geração de texto com base em informações fornecidas; Tradução automática entre diferentes idiomas; Análise de sentimentos e opiniões expressas em textos; Sumarização de textos longos em versões mais curtas; Criação de diálogos interativos com os usuários; Auxílio no aprendizado de idiomas e correção gramatical;

A ciência de dados e os bancos de dados possuem a capacidade de transformar o modo como o Ministério interpreta e usa seus dados, servindo de insumo para nortear as políticas públicas atuais. A falta de uma estrutura de dados eficiente prejudica a tomada de decisões, que muitas vezes se baseiam em informações desatualizadas ou interpretadas de maneira imprecisa. Ao implementar técnicas avançadas de ciência de dados, mais especificamente relacionadas a Ciência de Dados em Grafos (GDS) o Ministério poderá extrair informações de conectividade entre entidades e insights profundos de suas vastas reservas de dados, facilitando a tomada de decisões relacionadas à análise de vínculos, informadas e eficazes;

Ciência de Dados em Grafos (Graph Data Science - GDS) é um campo de estudo que se concentra na aplicação de técnicas de ciência de dados em dados estruturados na forma de grafos. Um grafo é uma estrutura matemática que consiste em nós (ou vértices) conectados por arestas (ou arestas). Essa representação é útil para modelar e analisar relacionamentos e interações entre entidades em uma variedade de domínios. Combina conceitos de ciência da computação, matemática e teoria dos grafos com métodos de análise de dados, aprendizado de máquina e visualização, permitindo a descoberta de padrões complexos e insights valiosos em dados conectados. Essa área é aplicada em diversos setores, como redes sociais, recomendação de produtos, logística, análise de fraudes, bioinformática, entre outros. Por exemplo, na análise de redes sociais, a GDS pode ser usada para identificar influenciadores-chave, comunidades ou detectar comportamentos anômalos. As ferramentas e técnicas usadas incluem algoritmos de grafos, como centralidade, detecção de comunidades, caminho mais curto entre entidades, predição de conexões etc;

Além disso, o NLP e o LLM abrem novas possibilidades para a comunicação com os cidadãos. Com a habilidade de analisar e compreender a linguagem humana, essas tecnologias podem melhorar significativamente a eficácia das interações do Ministério com o público. Em vez de depender de métodos tradicionais que podem ser demorados e propensos a erros, o Ministério poderia usar NLP e LLM para responder mais prontamente e com maior precisão às solicitações dos cidadãos, melhorando a satisfação do público e aumentando a confiança em seus serviços;

Contudo, o Ministério enfrenta uma lacuna de habilidades quando se trata de implementar e gerir essas tecnologias. Sem a expertise necessária, o Ministério corre o risco de não conseguir tirar o máximo proveito dessas ferramentas e, assim, não alcançar os benefícios esperados. A contratação de uma empresa especializada mitigaria esse risco, fornecendo ao Ministério as competências necessárias para implementar efetivamente essas tecnologias e utilizá-las ao máximo;

Por meio dessa ação, o Ministério poderia melhorar drasticamente suas operações, tornando-se mais eficiente na tomada de decisões, mais eficaz na comunicação com os cidadãos e mais competente na utilização de tecnologias avançadas. Tudo isso resultará em um ministério mais eficaz e responsivo, capaz de cumprir melhor sua missão de servir ao público;

O uso de tecnologia vem assumindo ao longo do tempo, o papel principal dos processos e buscam melhorias de processos, apoio à gestão, implementação de processos inovadores e maior eficiência, oferecendo diversos benefícios, tais quais:

Fortalecimento das Ações e Programas Institucionais:

O MDS é responsável por ações e programas de extrema relevância para a promoção do desenvolvimento social e assistência às famílias mais vulneráveis em nosso país. Com a contratação de serviços de hiperautomação aplicada a gestão pública, poderemos aprimorar a gestão de nossos projetos, ações, programas e mineração de processos administrativos (Process Mining), possibilitando uma análise mais profunda e precisa dos dados coletados, o que contribuirá para o fortalecimento e efetividade de nossas iniciativas;

Mineração de Processos (Process Mining) é uma disciplina que combina técnicas de análise de dados e aprendizado de máquina para descobrir, monitorar e melhorar processos de negócio em uma organização. Essa abordagem permite a extração de informações valiosas dos registros digitais e eventos dos sistemas de informação utilizados pela empresa, como os logs, por exemplo. A Mineração de Processos busca entender como os processos realmente funcionam (independente de seu mapeamento, se houver), identificando padrões e variações nos dados coletados ao longo do fluxo de trabalho. Com base nessas informações, é possível mapear visualmente o processo real, mostrando como as atividades são realizadas, inclusive em tempo real, quais são as dependências entre elas, e onde podem ocorrer gargalos ou atrasos. As principais etapas incluem: Coleta de dados; Pré-processamento para eliminar ruídos e inconsistências; Descoberta de processos, criando um modelo visual do processo real, mostrando suas diversas atividades e como elas se relacionam; Conformidade e análise de desempenho; e Monitoramento contínuo, viabilizando a tomada de ações corretivas, sempre que necessário. É uma ferramenta poderosa para gestores e analistas, pois proporciona uma visão objetiva dos processos, ajudando a identificar gargalos, ineficiências e possíveis melhorias. Com essa abordagem, o MDS poderá tomar decisões mais informadas, aumentar a eficiência operacional e alcançar resultados melhores em seus fluxos de trabalho; e

O uso da hiperautomação no MDS se traduzirá em um ambiente estratégico com o objetivo de impulsionar e coordenar os esforços de digitalização e inovação. A sua função principal é fomentar a adoção de tecnologias digitais em todos os setores da organização, promovendo a modernização dos processos internos e externos. Isso inclui a implementação de novos sistemas de gestão, automação de tarefas, uso de dados e análises avançadas, integração de plataformas e a adoção de práticas ágeis. Além disso, também poderá ser responsável por: Identificar oportunidades de inovação tecnológica que tragam vantagens competitivas para a instituição; Capacitar colaboradores para que se tornem mais familiarizados e proficientes em tecnologias digitais; Desenvolver estratégias para a criação de novos produtos ou serviços digitais que atendam às necessidades dos clientes; Assegurar a segurança da informação e a conformidade com as regulamentações aplicáveis; Acompanhar métricas e indicadores de desempenho relacionados à transformação digital e comunicar seu progresso aos principais atores do MDS, desempenhando um papel fundamental em auxiliar a organização a se adaptar e prosperar em um ambiente de negócios em constante evolução, ajudando-a a se manter relevante, competitiva e preparada para as demandas do futuro digital.

Melhoria da Tomada de Decisão:

A implantação de uma sistemática de tomada de decisões baseada em ciência de dados e aprendizado de máquina tem o potencial de transformar o MDS em uma Organização Orientada por Dados (Data-Driven Organization), i.e., permitirá processar grandes volumes de informações de maneira rápida e eficiente. Dessa forma, poderemos embasar nossas decisões em dados confiáveis, análises preditivas e modelagens avançadas, promovendo uma abordagem mais estratégica e assertiva na definição de políticas públicas;

Exemplo: Ao analisar dados socioeconômicos e indicadores de saúde, poderemos identificar regiões ou grupos específicos que necessitam de maior assistência social ou políticas de inclusão produtiva, possibilitando a alocação mais eficiente de recursos e serviços; e

Uma Organização Orientada por Dados é uma instituição que toma decisões estratégicas e operacionais com base em informações e análises de dados. Nesse tipo de organização, a coleta, análise e interpretação de dados são elementos centrais para o processo de tomada de decisão em todos os níveis, desde as decisões estratégicas até as táticas do dia a dia. Essa abordagem implica em utilizar diversas fontes de dados, tanto internas quanto externas à organização, para obter insights relevantes sobre o mercado, clientes, processos internos, desempenho e demais aspectos que impactam o negócio. A ideia é que a análise desses dados forneça uma visão mais clara e embasada da realidade, permitindo uma tomada de decisão mais informada e, portanto, mais eficaz. Geralmente, investe em tecnologias e ferramentas de análise de dados, como Business Intelligence (BI), Data Analytics e Machine Learning, para processar grandes volumes de informações e transformá-las em conhecimento útil para o negócio. Além disso, incentiva a cultura da análise de dados em toda a organização, capacitando seus colaboradores a trabalharem com dados e interpretarem as informações obtidas. Ao adotar uma abordagem orientada por dados, o MDS poderá aumentar a eficiência operacional, melhorar o atendimento ao cliente, identificar novas oportunidades de negócio e antecipar tendências e desafios futuros. Em última instância, tornar-se uma Data-Driven Organization é uma estratégia para melhorar a tomada de decisão, aumentar a eficiência e alcançar o sucesso sustentável no cenário do Brasil e do mundo.

Criação de Políticas Públicas Ágeis e Eficientes:

O uso responsável, legal e ético da Inteligência Artificial (IA) pode ser de grande valia na criação e implementação de políticas públicas. A IA pode processar grandes quantidades de dados provenientes de várias fontes, como censos, pesquisas, registros governamentais e mídias sociais. Ela pode identificar padrões, tendências e problemas emergentes, fornecendo insights valiosos para a formulação de políticas mais eficientes. Também pode apoiar os tomadores de decisão fornecendo informações detalhadas, análises e projeções baseadas em dados e isso ajuda a criar políticas mais informadas e embasadas em evidências, aumentando a probabilidade de sucesso e impacto positivo. Utilizando técnicas de aprendizado de máquina, a IA pode criar modelos preditivos que ajudam a prever resultados de políticas específicas antes da sua implementação, permitindo uma abordagem mais orientada para resultados e ajudando a evitar possíveis consequências negativas não intencionais. A IA pode ser aplicada para personalizar serviços públicos de acordo com as necessidades individuais dos cidadãos, podendo incluir serviços de saúde, educação, assistência social e outros, garantindo uma abordagem mais eficiente e centrada no cidadão. A IA pode ser utilizada para analisar dados e identificar padrões suspeitos em processos governamentais, ajudando a detectar atividades fraudulentas ou corruptas. A IA pode automatizar tarefas repetitivas e burocráticas, aumentando a eficiência do governo e liberando recursos para áreas mais estratégicas e de maior impacto. A IA pode ser usada para monitorar e avaliar a eficácia das políticas públicas ao longo do tempo, permitindo ajustes em tempo real e ajudando a identificar o que está funcionando bem e o que precisa ser melhorado.

Acesso a Consultoria Especializada em Inteligência Artificial:

A contratação de uma equipe especializada em inteligência artificial assegurará que a sua implementação seja conduzida por profissionais capacitados e experientes. A expertise dessa equipe garantirá a adoção das melhores práticas e tecnologias disponíveis no campo da ciência de dados e da inteligência artificial. A aplicação de técnicas de inteligência artificial nos dados de programas sociais possibilitará uma identificação mais eficiente de irregularidades, tais como fraudes e desvios de recursos. A análise preditiva e a identificação de padrões suspeitos permitirão que o Ministério atue de forma mais proativa na prevenção e combate a tais práticas ilegais, garantindo uma utilização mais eficaz e ética dos recursos públicos.

Aprimoramento da Experiência do Usuário:

Em última instância, os resultados dos trabalhos realizados possibilitarão o melhoramento dos serviços digitais prestados ao cidadão. A inclusão de uma experiência de usuário bem planejada garantirá que os serviços digitais do Ministério sejam de fácil utilização, tornando o acesso às informações mais aberto a todos os envolvidos, incluindo os gestores, servidores e beneficiários dos programas. A interface amigável aumentará a eficiência dos servidores no acesso e tratamento dos dados, otimizando os processos de trabalho. Com base em dados individualizados e análises comportamentais, a inteligência artificial poderá personalizar os serviços prestados pelo Ministério, garantindo que cada cidadão receba o suporte mais adequado às suas necessidades específicas.

Alguns impactos esperados desta contratação:

Criação e Implementação de Políticas Públicas Embasadas em Dados:

A inteligência artificial tem o potencial de revolucionar a maneira como as políticas públicas são desenvolvidas e implementadas. Por meio da análise avançada de dados, poderemos identificar tendências, padrões e necessidades da população de forma ágil e precisa. Como exemplo, ao analisar dados socioeconômicos e indicadores de saúde, poderemos identificar regiões ou grupos específicos que necessitam de maior assistência social ou políticas de inclusão produtiva, possibilitando a alocação mais eficiente de recursos e serviços.

Previsão de Demandas e Necessidades Futuras:

Através da ciência de dados e da inteligência artificial, podemos criar modelos preditivos que estimem as demandas futuras dos programas sociais e ações do Ministério. Isso permitirá o planejamento antecipado e a preparação para o atendimento às necessidades emergentes, evitando situações de carência ou sobrecarga dos serviços públicos.

Personalização dos Serviços Prestados:

Com base em dados individualizados e análises comportamentais, a inteligência artificial poderá personalizar os serviços prestados pelo Ministério, garantindo que cada cidadão receba o suporte mais adequado às suas necessidades específicas. Por exemplo, ao identificar perfis de beneficiários do Bolsa Família, poderemos oferecer programas de capacitação e qualificação direcionados para aumentar suas chances de inclusão produtiva.

Detecção de Fraudes e Desvios de Recursos:

A aplicação de técnicas de inteligência artificial nos dados de programas sociais possibilitará uma identificação mais eficiente de irregularidades, tais como fraudes e desvios de recursos. A análise preditiva e a identificação de padrões suspeitos permitirão que o Ministério atue de forma mais proativa na prevenção e combate a tais práticas ilegais, garantindo uma utilização mais eficaz e ética dos recursos públicos.

Melhoria na Eficiência Operacional:

Com a automação de processos operacionais, como a triagem e análise de documentos, a inteligência artificial possibilitará uma redução significativa no tempo de resposta aos cidadãos e parceiros do Ministério. Isso resultará em maior agilidade no atendimento às demandas e solicitações, promovendo uma experiência mais positiva e satisfatória para os usuários dos serviços públicos.

Otimização do Cadastro Único dos Cidadãos:

A integração de dados no Cadastro Único por meio da inteligência artificial permitirá a identificação de famílias em situação de vulnerabilidade social de forma mais precisa e abrangente. Dessa forma, será possível ampliar a efetividade dos programas sociais e garantir que os recursos cheguem às famílias que mais necessitam.

Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas:

Ao adotar a inovação aberta, o Ministério pode estabelecer parcerias estratégicas com empresas, startups ou instituições de pesquisa que tenham expertise em tecnologias emergentes e ciência de dados. Essas parcerias podem ser estabelecidas por meio de programas de aceleração, competições ou chamadas públicas para projetos de inovação. Essas colaborações podem resultar em soluções mais robustas, acesso a tecnologias de ponta e aprofundamento do conhecimento em áreas específicas.

Estímulo à Criatividade e Inovação:

Ao abrir a possibilidade de participação de agentes externos nos desafios de inovação, o Ministério incentiva a criatividade e o pensamento inovador. Soluções fora do ambiente tradicional do setor público podem trazer abordagens não convencionais para os problemas enfrentados, resultando em novas perspectivas e alternativas criativas para os programas sociais.

Ampliação do Impacto Social:

A inovação aberta também pode resultar em projetos que têm potencial de impacto social em larga escala. Ao envolver a comunidade, startups e organizações da sociedade civil, o Ministério tem a oportunidade de identificar soluções inovadoras que vão além do escopo tradicional da pasta, abordando desafios que, de outra forma, poderiam ser negligenciados.

Estímulo ao Ecossistema de Inovação:

Ao adotar a inovação aberta, o Ministério contribui para o desenvolvimento e fortalecimento do ecossistema de inovação do país. Ao apoiar e colaborar com startups, empresas de base tecnológica e instituições de pesquisa, a pasta fomenta o crescimento do setor e cria um ambiente mais propício à inovação em geral;

Além disso, também é importante ressaltar o potencial da inovação aberta que essa contratação pode viabilizar. A inovação aberta é um conceito que se refere à colaboração com atores externos, como empresas, startups, instituições de pesquisa, ONGs e a comunidade em geral, para encontrar soluções criativas e inovadoras para desafios específicos; e

A abordagem da inovação aberta permite que o Ministério se beneficie da diversidade de conhecimentos, experiências e perspectivas que esses agentes externos podem oferecer. Ao abrir desafios de inovação para a comunidade, o Ministério pode atrair mentes brilhantes e talentos de diversas áreas, incluindo tecnologia, ciência de dados, inteligência artificial e outras disciplinas relevantes, que possam propor soluções disruptivas e eficientes para os problemas enfrentados pela pasta.

Transformação Digital no Governo Federal

Transformação digital no governo significa oferecer um serviço público de qualidade, com menos gasto de tempo e dinheiro por parte do cidadão, para melhorar a vida daqueles que vivem e trabalham no país;

O potencial da transformação digital no setor público é enorme. Com a automação de serviços, o país reduz substancialmente as suas despesas anuais e torna a vida do cidadão mais fácil. Monitora-se melhor a oferta desses serviços e suas melhorias, tornando mais direta e transparente a relação do Estado com os brasileiros;

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foi criado para fortalecer a política de transformação digital do governo federal e ampliar a interação sobre o tema com todos os entes federativos;

Em 2023, o novo governo reconfigurou a estrutura de governança da transformação digital. A Secretaria de Governo Digital (SGD/MGI) foi estrategicamente reposicionada para esta pasta. Algumas competências de transformação digital foram compartilhadas com outras unidades, como uma assessoria especial para cooperação federativa em gestão digital e governo vinculada ao gabinete do ministro e foi instituída uma Secretaria Extraordinária de Transformação do Estado. Ademais, outras atribuições da extinta Secretaria de Modernização do Estado, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, foram transferidas para a SGD, dentre as quais a articulação e o planejamento de ações para melhorar a identificação de pessoas naturais, além da secretária-executiva da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão. A nova gestão considera o tema prioritário na agenda de governo e manteve o patrocínio político e institucional em alto nível;

Além disso, a SGD é o órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (SISP), sendo responsável por definir, elaborar, divulgar e implementar as políticas, as diretrizes e as normas gerais relativas à gestão dos recursos deste sistema; pelo processo de compras do Governo Federal na área de Tecnologia da Informação (TI); por orientar e administrar os processos de planejamento estratégico, de coordenação geral e de normalização relativos aos recursos de TI; por promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal; e, por incentivar ações prospectivas, com vistas ao acompanhamento das inovações técnicas da área de tecnologia, de forma a atender às necessidades de modernização dos serviços dos órgãos. Cabe ainda a esta Secretaria analisar, desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição, contratação e gestão centralizadas de bens e serviços comuns de TI, bem como por promover a disseminação de políticas, diretrizes, normas e informações disponíveis, de interesse comum, entre os órgãos e as entidades abrangidos pelo SISP;

A Secretaria de Governo Digital também é responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Governo Digital em cooperação com Estados, Municípios e Distrito Federal; por formular e coordenar a implementação da Estratégia de Governo Digital da administração pública federal; definir diretrizes, estabelecer normas e coordenar projetos e promove a governança de tecnologias; e, pela oferta de plataformas e serviços compartilhados. Esta unidade também fomenta a segurança da informação e a proteção a dados pessoais dos órgãos federais;

Prioridades:

Consolidar a Plataforma GOV.BR;

Expandir a Rede GOV.BR;

Estabelecer a Infraestrutura Nacional de Dados;

Implementar e expandir novo sistema de identificação e a nova Carteira de Identidade Nacional;

Fortalecer a maturidade e resiliência em Privacidade e Segurança da Informação; e

Evoluir a governança dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) dos órgãos do SISP.

Do ponto de vista tecnológico, as soluções de transformação digital podem ser similares, independentemente do assunto do serviço. A partir desta constatação, o Governo Federal, por exemplo, construiu cinco ferramentas que passaram a compor a Plataforma de Cidadania Digital:

Ferramenta de automação de fluxo, incluindo peticionamento eletrônico, acompanhamento e notificações;

Ferramenta de login único e autenticação;

Ferramenta de avaliação por parte do usuário;

Ferramenta de interoperabilidade de dados; e

Ferramenta de análise de dados.

Estratégia de Governo Digital:

A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023 está organizada em princípios, objetivos e iniciativas que nortearão a transformação do governo por meio de tecnologias digitais. Buscamos, com ela, oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão.

O Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 (alterado pelos Decretos nº 10.996/ 2022 e nº 11.260/ 2022), além de legitimar, dá publicidade ao plano estratégico junto a todos os órgãos da administração pública e à sociedade.

Segundo a estratégia, o governo do futuro será:

Centrado no cidadão;

Integrado;

Inteligente;

Confiável;

Transparente e aberto; e

Eficiente.

Com a responsabilidade de atender a todos os brasileiros, em todos os lugares e em diversos contextos socioeconômicos e culturais, formulamos e apresentamos aqui a Estratégia de Governo Digital - EGD para o período de 2020 a 2023. Ela norteia as ações de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão;

O cenário que dispomos para implantar a Estratégia é desigual. Por esse motivo, buscamos referências em governos ao redor do mundo. Esses projetos foram analisados e customizados para a realidade brasileira de mais de 203 milhões de habitantes, 70% deles, no mínimo, com acesso frequente à Internet;

O processo de elaboração contou com 150 participantes de 32 organizações, públicas e privadas, além das mais de 320 contribuições da sociedade, recebidas em consulta pública realizada em novembro de 2019. O trabalho conjunto esclareceu quais serão as prioridades para a nova fase do governo digital;

O Brasil demorou a utilizar a tecnologia disponível em favor do cidadão. Ao mesmo tempo em que somos a 4ª maior população conectada do mundo, ocupamos apenas a 49ª posição no ranking de governos digitais publicado em 2022, pela Organização das Nações Unidas (ONU);

Apesar disso, são cada vez mais claras as oportunidades geradas pela aceleração das nossas ações na transformação digital;

Em 2019, um recorde foi atingido: mais de 500 serviços públicos, de 28 órgãos diferentes, foram disponibilizados em canais digitais. O valor gerado por esta transformação é gigante. A redução de R\$ 345 milhões nas despesas anuais do governo proporciona, por exemplo, capacidade de investimento suficiente para a construção de 156 novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) na saúde ou 182 creches para a educação de nossas crianças;

Por outro lado, a comodidade oferecida para acesso simples ao governo, a qualquer hora, de qualquer lugar, já eliminou 146 milhões de horas que o cidadão desperdiçava em deslocamento, filas e burocracia, todos os anos. É como se devolvêssemos dois dias úteis no ano para toda a população do estado do Rio de Janeiro;

A Carteira de Trabalho Digital, por exemplo, também começou a ser fornecida pelo Ministério do Trabalho no mesmo dia da solicitação, o que antes demorava em torno de 17 dias no modelo físico do documento;

Esse é um resultado que extrapola o aspecto quantitativo;

O movimento de transformação proporciona ganhos de eficiência para a gestão pública. É o caso da emissão do Certificado Internacional de Vacinação e Profilaxia, que demandava no país inteiro o trabalho de 950 funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Hoje, são apenas 258. Com isso, servidores foram remanejados para outras áreas com maior demanda do órgão e maior complexidade nas tarefas;

Até o fim de 2023, pretendemos oferecer digitalmente 100% dos cerca de 5 mil serviços da União, todos disponíveis na Plataforma GOV.BR. Com isso, o Brasil atingirá a 14ª posição entre os países mais desenvolvidos do mundo em serviços públicos digitais, o que é medido a cada dois anos pela ONU como parte do Índice Desenvolvimento de Governo Eletrônico;

A Estratégia de Governo Digital é um dos eixos temáticos da E-Digital, Estratégia para Transformação Digital Brasileira, que estabeleceu uma trajetória digital tanto para o governo quanto para a economia brasileira. Mantém alinhamento estratégico entre as ações para transformação do governo e as medidas para estimular uma economia brasileira crescentemente digitalizada, dinâmica, produtiva e competitiva;

No período de 2016 a 2019 o Governo Federal publicou a Estratégia de Governança Digital. Chegamos ao final desse período com 53% dos serviços do Governo Federal disponíveis na versão digital. Um êxito diante do cenário que dispúnhamos há alguns anos;

A EGD vigente impõe ainda mais arrojo e dedicação. A Secretaria de Governo Digital coordena as iniciativas e aprova Planos de Transformação Digital dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, além de definir normas e ofertar tecnologias e serviços compartilhados para essa jornada;

Simplificar o relacionamento das pessoas com o governo exige transformar o ambiente digital que conhecemos em um cenário ainda mais intuitivo, interativo e agradável. É uma evolução rápida e irreversível; e

Das pessoas, que ora constroem o governo, ora acessam os serviços governamentais, o que queremos é cada vez maior adesão e engajamento. Nos encarregaremos de aproximar a oferta às necessidades reais de um cidadão já digital, ávido por soluções simples e seguras. Com a EGD, foi iniciado um novo percurso rumo à transformação total.

Agenda 2030:

Por meio de suas diversas iniciativas, o trabalho do MDS, como razão de ser da instituição, já possui uma relação intrínseca com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 pactuados pelos países membros da Organização das Nações Unidas - ONU. Ao atuar na promoção da inclusão social, segurança alimentar, assistência integral e renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social maximiza o cumprimento de sua missão constitucional, colaborando diretamente com o alcance das ODS, quais sejam: Erradicação da pobreza; Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e bem-estar; Educação de qualidade; Igualdade de gênero; Água potável e saneamento; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, inovação e infraestrutura; Redução das desigualdades; Cidades e comunidades sustentáveis; Crescimento e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida na água; Vida terrestre; Paz, justiça e instituições eficazes; e Parcerias e meios de implementação.

O valor estimado da contratação para 36 meses é de R\$ 20 milhões.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE ANÁLISE DA DADOS E INDICADORES DE TIC	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (GED) EWORKFLOW	1,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).
Despacho: Solicitamos autorizar a demanda da CGGOV/STI conforme Processo nº 71000.07187/2023-03

ALOISIO VIANA LUCENA

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento	Responsável	Data
1 Esta operação está sendo feita fora dos prazos estabelecidos no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, conforme justificativa da área requisitante.	FRANCISCO DE FREITAS TELES NETO	02/10/2023 16:26

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.